

SÉRIE ANTROPOLOGIA

153

**O PAPEL POLÍTICO DAS EPIDEMIAS:
O CASO YANOMAMI
Alcida Rita Ramos**

**Brasília
1993**

O PAPEL POLÍTICO DAS EPIDEMIAS O CASO YANOMAMI¹

Alcida Rita Ramos
Universidade de Brasília

"No doubt the Plymouth colonists had prepared themselves for hard confrontations with the natives (...), but by the time they had begun building their homes alongside the still-intact cornfields of Patuxet the following month, they were given ample reason to believe that Providence had, for their sake, all but cleared the entire countryside of its native population" (Sanders 1978:300).

Um dos temas mais recorrentes na ideologia brasileira da soberania nacional é o dos vazios demográficos que têm como epítome a região amazônica. O seu caráter de "zona de fronteira" tem tido sérias repercussões para as populações indígenas que aí vivem. Assim como as terras da Amazônia aparecem como imensidões geográficas vazias, também os seus habitantes indígenas se tornam eles mesmos existências baldias, invisíveis à lógica expansionista dos "civilizados". Decorre disso que a tomada ilícita de territórios nativos não é vista como invasão, mas como ocupação natural - e até obrigatória - por frentes nacionais que estão alargando suas fronteiras demográficas e econômicas. Como se fossem terras de ninguém, as áreas indígenas são objeto de especulações nos graus mais variados de ilegalidade. Na maioria dos casos, tais ilegalidades permanecem impunes. Como se não existissem para os invasores, os indígenas assistem, perplexos, a essas invasões e a essa impunidade, sem compreender imediatamente a magnitude dos danos que lhes estão causando e dos graves problemas que logo enfrentarão. A baixa concentração demográfica que caracteriza atualmente as populações indígenas da Amazônia - em contraste com o que os primeiros exploradores encontraram na região² - contribui para essa "invisibilidade", ao ser interpretada pelos brancos como indício de que os índios estão desaparecendo e, inevitavelmente, desaparecerão por completo ante o avanço da civilização. Apesar da assombrosa dizimação sofrida pelos índios desde o século 16, o fato é que a Amazônia brasileira abriga hoje cerca de 63% da população indígena do país, ou seja, 140 mil pessoas pertencentes a 175 povos diferentes. No entanto, isto não muda em nada o clichê dos "vazios demográficos". Ele foi e continua sendo o leit motif favorito para justificar a invasão de territórios indígenas simbolizado no refrão da "muita terra para pouco índio".

Quem articula a retórica dos vazios demográficos e a quem serve a manutenção da ideologia por ela veiculada? Para responder a essa pergunta, farei aqui uma tentativa de

¹ Uma versão mais curta deste trabalho foi apresentada no simpósio "Povos Indígenas em Risco de Extinção", organizado por Miguel Bartolomé para o XIII Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, México, 29 de julho a 5 de agosto de 1993.

² Sobre a ocupação da Amazônia antes e depois da conquista européia vide Denevan 1976; Gonçalves 1991; Hemming 1978; Meggers 1971; Moreira Neto 1988; Porro 1993; Ribeiro 1993.

identificar esses agentes e demonstrar que epidemias de sarampo e malária, entre outras, têm sido instrumentais para transformar a retórica dos vazios em situação de fato. Naturalmente, essa demonstração só pode ser feita por evidências indiretas, já que moral, ética e politicamente um tal projeto não poderia tornar-se explícito. Na conjuntura atual em que o horizonte dos direitos humanos se ampliou para além de fronteiras regionais e nacionais, a intencionalidade de tirar vantagem de choques epidemiológicos para eliminar populações indígenas vistas como empecilhos ao progresso³ seria impronunciável. Como veremos, o caso dos índios Yanomami no Brasil é exemplar para se levar a cabo uma análise da retórica dos vazios, dos efeitos de epidemias e da dialética do processo histórico pela qual certas ações trazem em seu bojo a possibilidade de reações contrárias. Em primeiro lugar, vejamos a quem interessa propor a existências de "vazios demográficos".

* * *

"An effective fifth column, smallpox ravaged Tenochtitlan's defenders, enabling Cortés and his followers to capture the city" (Reff 1991:100).

A Amazônia sempre foi alvo da atenção dos militares desde o tempo do Brasil-colônia (Ramos 1991). Mas, na história recente do país, foi a partir do fim do regime militar que as Forças Armadas concentraram seus esforços para conquistar a hegemonia política da região.

Em 1985, primeiro ano de governo civil depois do golpe de estado militar em 1964, foi elaborado o chamado Projeto Calha Norte, ambicioso plano de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, produto das preocupações geopolíticas e nacionalistas do Conselho de Segurança Nacional. Gestado em absoluto sigilo, esse projeto expõe claramente a visão militar da Amazônia:

"o imenso vazio demográfico da região, o ambiente hostil e pouco conhecido, a grande extensão da faixa de fronteira, escassamente povoada, bem como a susceptibilidade da Guiana e do Suriname à influência ideológica marxista, aspectos estes que tornaram vulnerável a soberania nacional. A análise desses aspectos e de outros de ordem econômica, política e social, permite concluir por um planejamento abrangente, de médio e longo prazo, visando direcionar a atuação governamental, em conjunto com a iniciativa privada, para promover a ocupação e o desenvolvimento da área de modo harmônico e adequado aos interesses nacionais" (Exposição de Motivos No. 018/85 de 19 de junho de 1985 assinada pelo General Rubens Bayma Denys, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional do governo Sarney)

³ Esta expressão tem sido utilizada nas três últimas décadas por diversos representantes do estado brasileiro com referência aos índios Yanomami. Por exemplo, o governador de Roraima em 1975 afirmou que "uma área como aquela não pode se dar ao luxo de ter meia dúzia de índios atrapalhando o desenvolvimento" (Taylor 1979:49).

Um pouco antes, diz esse mesmo documento:

"Trata-se de área praticamente inexplorada, correspondendo a 14% do Território Nacional e delimitada por uma extensa faixa de fronteira praticamente habitada por indígenas. Este último aspecto, por si só, vem acrescentando nova magnitude ao problema geral da área, uma vez que a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul".

A insidiosa associação de uma guerra fria com a presença de povos indígenas ganhou foros de verdade e logo passou a justificar a subordinação ao Conselho de Segurança Nacional de todos os grupos indígenas que vivem na faixa de 150 km entre o Brasil e seus vizinhos do norte. O projeto que se seguiu a essa Exposição de Motivos descreve como uma de suas estratégias a implantação de "projetos especiais" em quatro áreas indígenas do norte amazônico, dentre elas a

"área caracterizada pela presença de índios Yanomami, com uma pequena população estimada em 7.500 índios⁴ que vivem em dezenas de malocas esparsas, adjacente (sic) a um longo trecho de 900 quilômetros de fronteira com a Venezuela, país onde também residem numerosos contingentes indígenas da mesma etnia. Há bastante tempo, observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir - às custas do atual território brasileiro e venezuelano - um Estado Yanomami⁵ (minha ênfase).

O Projeto Calha Norte propõe a construção de uma vasta infraestrutura - aeródromos, rodovias, quartéis, escolas, bancos, distribuidores de alimentos - para tornar possível a "vivificação" da zona de fronteira internacional. Por vivificação quer-se dizer o assentamento de colonos brasileiros e a instalação de projetos minerais que demonstrem o poder e o controle do Estado brasileiro, com o objetivo de obter a hegemonia geopolítica na região amazônica (Ramos 1991).

A falácia dos espaços vazios, associada ao suposto perigo da cobiça estrangeira, é um inesgotável manancial que alimenta a imaginação da conquista. Vemos no Projeto Calha Norte uma preocupação com a possível criação de um Estado Yanomami independente. Esse Projeto toma a vida autônoma dos Yanomami como uma ameaça à soberania nacional e acaba por cair em contradição: por um lado, a área Yanomami no Brasil seria habitada por uma pequena população de apenas 7.500 índios; por outro lado, os índios representam numerosos contingentes; são, afinal, tantos que, com algumas pressões daqui e dali, poderiam mesmo criar um Estado independente. Mesmo assim, frequentes declarações tanto de militares como de civis mantêm a falácia de grandes espaços vazios em território Yanomami e que esses índios têm terra demais⁶. Lá onde não existem vazios

⁴ Esse número baseia-se, provavelmente, em um levantamento da FUNAI de 1977. Em 1987/88, os militares fizeram seu próprio levantamento em Roraima e no Amazonas e chegaram ao total de 9.910 Yanomami.

⁵ As outras três áreas citadas no Projeto Calha Norte são o Alto Rio Negro, o Leste de Roraima e o Alto Solimões.

⁶ Algumas citações da imprensa atestam essa postura: "Mais da metade dos deputados e

demográficos, é então necessário inventá-los.

O efeito perverso dessa atitude resulta de um componente de auto-confirmação, self-fulfilling prophecy, que lhe é inerente, ou seja: com um pouco de esforço, o vazio inventado passará a ser o vazio de fato. Se, por um lado, tal postura advoga o vazio que justifica a ocupação dessas terras por nacionais, por outro lado, ela também reconhece que existe uma presença indígena na região. Mas, ao invés de considerar essa presença indígena como uma ocupação demográfica legítima, ela vê as populações indígenas como inimigas da nação brasileira e, portanto, passíveis de conquista.

Vejamos como essa estratégia foi posta em prática no caso dos Yanomami no Brasil.

O Projeto Calha Norte em território Yanomami inclui a construção de quatro postos (batalhões) e sete aeródromos. A justificativa para esse aparato militar era inicialmente o melhor controle da zona de fronteira e a manutenção da ordem no processo de colonização da área. O embuste dessa retórica veio à tona quando as Forças Armadas se omitiram na prevenção e no controle das atividades desordenadas e ilegais de dezenas de milhares de garimpeiros que, a partir de agosto de 1987, invadiram as terras Yanomami⁷.

Em 1986, no mesmo ano em que veio a público o Projeto Calha Norte, a Força Aérea ampliou uma minúscula pista de pouso no coração das terras Yanomami, num local conhecido como Paapiú, em plena floresta tropical do Estado de Roraima. De um pequeno retângulo de cerca de 300 metros de comprimento, até então utilizado por aviões monomotores da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a pista do Paapiú cresceu para cerca de mil metros; os cem metros de cada lado da pista passaram a ser área de segurança nacional. Por isso, os Yanomami foram obrigados a demolir sua grande casa comunal que por acaso haviam muito antes construída dentro dessa faixa de cem metros.

Como os militares não tinham qualquer plano de construir uma base naquele local, assim que completaram o trabalho, foram embora, deixando para trás os escombros da casa comunal Yanomami e um mal aparelhado posto da FUNAI. Poucos meses depois, a pista era invadida por centenas de garimpeiros em busca de ouro. Em dois anos o número de invasores havia aumentado para quase 50 mil, quase oito vezes a população Yanomami do Estado de Roraima. De Paapiú irradiaram-se para virtualmente todo o território Yanomami no Brasil, atravessaram a fronteira e foram explorar ouro também na Venezuela.

Enquanto os garimpeiros provocavam um colapso na subsistência dos índios e introduziam devastadoras epidemias de malária - doença até então praticamente ausente na região do Paapiú - médicos, missionários católicos e antropólogos que trabalhavam com os Yanomami eram expulsos da área. Durante dois anos nada se pôde saber do que acontecia lá dentro. Os Yanomami foram totalmente privados de serviços de saúde justamente quando mais necessitavam deles, pois as epidemias de malária e outras moléstias trazidas pelos garimpeiros começavam a se propagar pelas comunidades como fogo selvagem. Alguns jornalistas conseguiram infiltrar-se na área e trouxeram de volta imagens em fotos e

senadores (51%) ... acha que a área [Yanomami] deve ser diminuída" (Folha de S. Paulo, 30 de agosto de 1993. "Eles [Yanomami] ocupam uma faixa de terra equivalente a três vezes a superfície da Bélgica" (O Globo, 19 de agosto de 1993). "A diminuição das reservas é defendida pelos governos do Estado da Amazônia (sic), de Roraima e do Pará e pelos garimpeiros. O argumento principal é de que há muita terra para pouco índio" (Folha de S. Paulo, 4 de outubro de 1993).

⁷ Pelas leis brasileiras são proibidas as atividades de garimpagem em áreas indígenas por não-índios.

vídeos de desnutrição aguda: homens, mulheres e crianças esqueléticos como já nos acostumamos a ver nos telejornais sobre a Etiópia ou a Somália, cadáveres de Yanomami abandonados pelo mato, arrogantes garimpeiros distribuindo remédios e enlatados aos índios enquanto zombavam deles, comparando-os a macacos.

Em junho de 1989, depois de uma torrente de más notícias vindas da área com relação ao estado de saúde dos Yanomami e aos estragos ambientais causados pelo garimpo, uma comitiva da Ação pela Cidadania - grupo constituído de parlamentares, membros da Igreja, representantes de associações científicas e Organizações Não-Governamentais - foi a Roraima obter informações em primeira mão.

"Isto é um Vietnã!", exclamou um dos parlamentares ante a visão apocalíptica de aviões e helicópteros em constante movimento que saturavam a pista do Paapiú com um ruído infernal e sem trégua. Aí, a longa faixa de lama de quase um quilômetro, continuamente sulcada por aviões de diversos tamanhos, palmilhada por constantes ondas de peões, empresários, comerciantes, prostitutas e Yanomami de ambos os sexos e de todas as idades, servia de palco para um dos capítulos mais trágicos da curta história do contato dos Yanomami com o mundo de fora. Suas plantações foram transformadas em grandes crateras abertas com jatos d'água, suas vias de comunicação na mata foram cortadas por outras tantas crateras, fazendo com que várias comunidades ficassem isoladas umas das outras. Os animais de caça fugiram do ruído ensurdecedor dos aviões e maquinário, os peixes morreram pela poluição dos rios.

Se Paapiú é a epítome do desastre que desabou sobre os Yanomami encarnado naquilo que foi descrito como "faroeste aéreo"⁸, os barracos devastados do posto da FUNAI eram o símbolo concreto da convivência oficial com esse desastre. O que havia sido a farmácia tornara-se um quarto de despejo, com vidros quebrados coalhando o chão de terra batida, seringas descartáveis expostas a qualquer mão, livros de registro amontoados na poeira, numa atmosfera de saque e agressão.

Em Boa Vista, a comitiva parlamentar entrevistou os oficiais do Exército responsáveis pelo Projeto Calha Norte em Roraima. Foram levantadas questões sobre atribuições responsabilidades por parte dos organismos oficiais que operam na região. O comandante do Batalhão Especial de Fronteiras (BEF) em Roraima estimou em cerca de 50 mil o número de garimpeiros trabalhando na mata e de 80 a 100 mil na cidade de Boa Vista, o que representaria praticamente o dobro de sua população. Sendo assim, disse o Coronel, tornava-se impossível a retirada de garimpeiros à força. Seria preciso empregar exército de campanha e não havia recursos para isso. O fato é que existia ouro em "quantidade compensatória", de modo que era preciso achar um modo de continuar com a exploração. O BEF e outros órgãos do Exército faziam parte de uma comissão criada pelo governo do estado para ordenar o assentamento dos garimpos, pois era necessário encontrar uma solução conciliatória juntamente com o governo de Roraima.

Na época, o governador era Romero Jucá Filho, recém-saído da presidência da FUNAI em Brasília. Sua gestão na FUNAI tornara-o notório por suas ações anti-índigenas, como, por exemplo, a venda ilícita de madeira de áreas indígenas em Rondônia. Enquanto foi governador de Roraima, Jucá encorajou abertamente a entrada franca de garimpeiros na área Yanomami, executou as ordens dos militares quanto à proibição de entrada na área por pesquisadores e Organizações Não-Governamentais e elaborou um plano para disciplinar as atividades de garimpo quando estas já haviam produzido danos consideráveis ao meio

⁸ Expressão utilizada no relatório do então Secretário Geral do Ministério da Justiça, após uma visita de surpresa a Paapiú em fins de 1988.

ambiente e às comunidades Yanomami.

O Coronel do BEF prosseguiu em sua explanação para os membros da Ação pela Cidadania, dizendo que o governador Jucá tinha planos bem definidos para administrar o garimpo em terras Yanomami. O Projeto Meridiano 62, idealizado por Jucá, contemplava a organização da garimpagem dentro das pequenas ilhas reservadas pelo Projeto Calha Norte para os Yanomami⁹, pois os garimpos "são um fato consumado". O restante da área, ou seja, os corredores entre as ilhas, seria administrado pela companhia estatal de desenvolvimento de Roraima, Codesaima, que subcontrataria outras empresas para exploração de minério (não apenas ouro, mas também cassiterita). Os royalties gerados desses empreendimentos seriam revertidos à FUNAI que então os repassaria aos Yanomami.

Algumas perguntas diretas foram feitas ao Coronel:

Pergunta: O que faz o Exército sobre as pistas clandestinas? Resposta: Isso é com a Aeronáutica; as pistas não são clandestinas, são apenas não homologadas; não há nada que impeça um avião de decolar.

Pergunta: O que faz o Exército sobre as invasões descontroladas de garimpeiros em área de fronteira?

Resposta: Nós somos aqui órgão de execução; é o CMA (Comando Militar da Amazônia) que manda.

Pergunta: O que faz o Exército para coibir o contrabando de ouro?

Resposta: O Exército não tem ingerência nos casos de contrabando, isso é com a Receita Federal".

Pergunta: O que faz o Exército sobre a violência e assassinatos nos garimpos?

Resposta: Isso é com a Polícia Civil e Federal.

Pergunta: O que faz, afinal, o Exército na área?

Resposta: Cuida da segurança interna, da segurança externa e dá apoio ao desenvolvimento de assistência às comunidades, como saúde, por exemplo.

Pergunta: Em que consiste essa segurança interna?

Resposta: Criar condições para as comunidades; Surucucus é um pólo de desenvolvimento para a fixação de populações.

Pergunta: Mas Surucucus é área indígena!

Resposta: Isso não é comigo, é o governo que decide.

Restou a pergunta que não chegou a ser feita: se Paapiú não está previsto como posto do Calha Norte, por que foi ampliada a pista?

Ou, inversamente, se o Projeto Calha Norte prevê a ordenação da ocupação em área de fronteira, por que o Exército não está em Paapiú?

Vemos, então, um conjunto de fatos que, a partir de 1985, apontam numa mesma direção, ou seja, a conquista das terras Yanomami para propósitos de exploração econômica: a instalação do Projeto Calha Norte; a ampliação da pista de Paapiú, abrindo uma porta à invasão garimpeira (há muito esperada, como veremos adiante); a inação dos poderes constituídos face à instalação ilegal dos garimpos, o que redundou em consentimento tácito à invasão; o retalhamento da área Yanomami segundo diretrizes desse Projeto; o fechamento da área Yanomami a todos que não fossem militares, funcionários da FUNAI, missionários protestantes ou garimpeiros, isto é, àqueles que até então vinham contribuindo mais ativamente para a proteção cultural e sanitária dos Yanomami; a elaboração do Projeto Meridiano 62 contemplando tanto a continuação da garimpagem

⁹ Sobre os planos militares para a demarcação da área Yanomami ver Albert 1992.

como a instalação de mineração industrial.

Há que ter em mente que, a partir da metade dos anos 70, quando foi realizado um levantamento exaustivo dos recursos minerais da Amazônia pelo chamado Projeto Radam Brasil, praticamente toda a área Yanomami do lado brasileiro passou a ser objeto de desejo de um grande número de companhias mineradoras, tanto estatais quanto privadas (CEDI 1988).

A dificuldade de acesso à área (quase toda alcançável apenas por avião), as oscilações do mercado internacional de ouro e de cassiterita, e a visibilidade dos Yanomami no circuito internacional dos direitos humanos são alguns dos fatores que têm esfriado o ímpeto dessas mineradoras em investir direta e imediatamente naquela região, mantendo-as em compasso de espera.

Não seria descabido levantar a hipótese, aliás bastante frequente, de que a instalação dos militares na área Yanomami tem servido de cabeça de ponte para abrir caminho à invasão de dezenas de milhares de garimpeiros numa avalanche desenfreada e não raro letal. Por sua vez, o assalto garimpeiro criaria condições politicamente favoráveis à entrada de grandes mineradoras que então assumiriam o papel de agentes racionais, disciplinadores do caos deixado pelos aventureiros do garimpo. Uma afirmação recente parece confirmar isso:

"O ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) [substituta do antigo Conselho de Segurança Nacional], almirante Mário César Flores, propõe a entrada de empresas mineradoras na reserva yanomami. Segundo ele, essa é a melhor forma de se controlar a atividade dos garimpeiros porque as empresas teriam 'mais responsabilidade' no relacionamento com os índios e com o meio ambiente.

As mineradoras teriam áreas determinadas de atuação e contratariam os garimpeiros. Flores acha que isso facilitaria a fiscalização da região. O ministro parte do pressuposto de que não há como impedir que os garimpeiros invadam a reserva: 'É inviável impermeabilizar qualquer região da floresta', afirma" (Folha de S. Paulo, domingo, 3 de outubro de 1993, p. 6-5).

E mais:

"O ministro Paulino Cícero (Minas e Energia) apresentou ao Congresso, na semana passada, um projeto para regulamentar a exploração mineral nas terras indígenas. (...) Uma vez aprovado o projeto no Congresso, os índios deverão receber um 'bônus que lhes assegurará uma participação no empreendimento', afirmou o ministro" (Folha de S. Paulo, 7 de setembro de 1993).

A força política das grandes empresas de mineração não pode ser menosprezada. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha trazido conquistas significativas para os povos indígenas (Gaiger 1989), ela abriu espaço para a atuação legalizada de mineradoras em áreas indígenas. Com a nova Constituição, a garimpagem continua tacitamente proibida, mas a mineração industrial em terras indígenas será permitida mediante a aprovação do Congresso Nacional e depois de ouvidas as comunidades indígenas. Em última instância, são essas mineradoras as maiores beneficiadas pela atuação militar e pelo rastro de doenças e morte deixado pela garimpagem em terras Yanomami. No momento

propício, elas estariam prontas para entrar em cena como legítimos agentes do progresso e do desenvolvimento do país.

* * *

"Smallpox came to Brazil in 1562 and 1563 and carried off tens of thousands of Indians, but left the Portuguese unscathed. In some villages no one was left who was healthy enough to tend the sick" (Crosby 1972).

De meados de 1987 a janeiro de 1990, o auge da corrida do ouro, estima-se que cerca de mil Yanomami, ou seja, 14% de sua população em Roraima, tenham morrido principalmente por causa de doenças como a malária (Fundação Nacional de Saúde 1991:73). Se considerarmos que esse número se refere apenas aos cerca de 6.700 Yanomami que vivem no estado de Roraima, temos aí uma percentagem de mais de 22% de mortes em menos de três anos.

Mas a saga Yanomami não começou aí. Ela tomou corpo no início dos anos 70, com a construção da rodovia Perimetral Norte e com o levantamento mineral da Amazônia. Peões com má saúde, garimpeiros despreparados e empresários gananciosos fizeram em quatro anos mais estrago entre os Yanomami afetados por essa invasão do que tudo que esses índios tinham até então na memória, mesmo considerando os tempos de guerra com outros grupos indígenas da região (Arvelo-Jimenez 1974; Ramos 1980). No primeiro ano da construção da Perimetral Norte, em 1974-75, moléstias infecciosas mataram 22% da população de quatro aldeias, as primeiras atingidas pelas obras (Ramos 1979). Dois anos depois, mais 50% dos habitantes de outras quatro comunidades sucumbiram a uma epidemia de sarampo. No rio Apiaú, no extremo leste do território Yanomami, estima-se que cerca de 100 índios já teriam morrido em meados da década de 70, restando apenas 30 sobreviventes (Taylor 1979). Desgarrados, acabaram abandonando a área e juntaram-se a outras comunidades. Em fevereiro de 1992, o que fora suas terras era agora uma gigantesca área de queimadas de mais de 30 mil hectares transformados em projeto de colonização regional. Por sua vez, os 60 remanescentes dos 102 indígenas que habitavam a região do rio Ajarani, na parte mais meridional do território Yanomami em Roraima, também se dispersaram, abrindo caminho para uma intensa ocupação por colonos brasileiros do que fora terras suas. Alguns desses Yanomami vivem hoje como agregados nos sítios desses colonos.

Enquanto nas planícies meridionais do território Yanomami a Perimetral Norte exauria vidas indígenas e expunha os sobreviventes ao esbulho, mais ao norte, nas montanhas do Parima, começava o interesse pelos minérios espalhados pela Serra de Surucucus. A partir de um núcleo inicial de oito garimpeiros em busca de cassiterita e do interesse episódico da companhia de mineração Icomi (Taylor 1979), criou-se uma efervescência garimpeira que chegou a 500 homens a pago de pequenas empresas locais para extrair cassiterita. Os poucos meses de atuação desses garimpeiros geraram conflitos armados com os índios e problemas sérios de saúde, como atestam fotografias da época. Os garimpeiros acabaram expulsos em 1976 pelo governo federal (Taylor 1979).

O ouro viria depois. Em 1980, quando o mercado internacional alcançou picos inusitados, cerca de 2 mil garimpeiros ocuparam uma das bordas da área Yanomami, no

Furo de Santa Rosa, no alto rio Uraricoera. Os Yanomami daquela região, conhecidos como Yanam ou Xirixana, não tardaram em sentir os efeitos de epidemias de malária que se seguiram à invasão. Essa invasão continuou localizada até fevereiro de 1985, quando um empresário de garimpo, num ato arrojado, arregimentou cerca de 60 peões que, vestidos com uniformes do Exército e portando armas automáticas, tomaram de assalto a base da FUNAI em Surucucus (CCPY 1989:18). Poucos dias depois foram expulsos de lá por um contingente do Exército que obedecia a ordens anteriores às ditadas pelo Projeto Calha Norte.

A voraz corrida do ouro iniciada em 1987 não veio, portanto, de surpresa. Já havia sido amplamente anunciada e de tal modo que houve tempo e oportunidade suficientes para que as autoridades responsáveis pela sobrevivência dos Yanomami tomassem as providências necessárias à proteção dos índios, demarcando suas terras - uma demanda que começara em 1968 (IWGIA 1979) - e vacinando sua população, além de desencorajar investidas como a de 1985. Ao contrário, as terras foram retalhadas e os agentes de saúde expulsos delas.

Os efeitos letais da invasão garimpeira começaram a ser avaliados a partir de janeiro de 1990, quando a situação de saúde dos Yanomami chegou a um ponto tão crítico que atraíu a atenção internacional, forçando o governo brasileiro a criar às pressas um programa emergencial de saúde.

Na região de Paapiú e Surucucus, onde antes a incidência de malária era praticamente nula, algumas comunidades chegaram a apresentar 91% de seus habitantes infectados, a maior parte pela forma mais severa de malária, o Plasmodium falciparum. "No Paapiú, 43% das pessoas recenseadas perderam de um a sete parentes diretos (pais, filhos ou irmãos) entre 1987 e 1989, sendo que 13% das crianças até 14 anos perderam o pai e/ou a mãe durante o mesmo período" (Ação pela Cidadania 1990:32).

"A partir de 1988, com a entrada de um enorme contingente de brancos em busca do ouro, a malária disseminou-se por toda a área, apresentando níveis de pandemia, sendo a principal responsável pelos óbitos ocorridos. O adoecer coletivo da aldeia que não conta com armazenamento de alimentos, aliado às dificuldades de acesso às comunicações e dos serviços de assistência, influi significativamente nas atividades de subsistência e eleva o número de casos e óbitos" (Fundação Nacional de Saúde 1991:105).

* * *

"There have been numerous instances in which malarial epidemics, some of which have claimed thousands of lives, began after one or more individuals harboring Plasmodium entered an area where anopheline mosquitoes and susceptible hosts coexisted in large numbers" (Reff 1991:106).

A título de demonstração de como a invasão epidemiológica, mesmo quando propagada por uns poucos indivíduos, pode afetar uma comunidade indígena vulnerável às doenças vindas de fora, detenho-me em algumas comunidades no norte do território Yanomami, na bacia do alto rio Auaris, onde vive o subgrupo que se autodenomina

Sanumá. Minha primeira convivência com ele foi em 1968-70; retornei por dois meses em 1973 e em 1974 (Ramos 1990a). Depois de 16 anos de ausência, revisitei Auaris, no fim de 1990, para coletar dados demográficos em preparação para futuras visitas de equipes médicas do Ministério da Saúde. Nessas quase duas décadas, verifiquei um sensível aumento na população das aldeias visitadas. Exemplifico com as duas com quem mantive contato mais próximo:

	1970	1990
Kadimani	52	112
Auaris	94	237

O aumento da população de Kadimani e de Auaris - 115% e 152% respectivamente - deve-se essencialmente ao crescimento vegetativo que reflete, antes de tudo, uma diminuição da mortalidade infantil. Por mais restrita que seja a cobertura sanitária fornecida pela Missão Evangélica instalada em Auaris desde os anos 60, o resultado é significativo nas comunidades a ela adjacentes, como são as que compõem as aldeias de Kadimani e Auaris. Porém, esse crescimento demográfico que se fez sentir ao longo de mais de 30 anos, pode ser revertido em apenas alguns meses. No início de 1991, essa população em alta só não foi drasticamente dizimada pela malária graças à presença de uma equipe médica que, por coincidência, fazia um levantamento sanitário em Auaris numa fase em que a enfermeira da Missão estava ausente. A terra dos Sanumá foi então palco de uma das mais severas crises de saúde registradas no território Yanomami.

O alto rio Auaris, por estar na periferia da atividade garimpeira, a cerca de 40 minutos de vôo de Paapiú, fora até então considerado de baixo risco quanto aos efeitos das epidemias que assolavam o resto da área Yanomami. Lá não houve grande concentração de garimpeiros, como em Paapiú, Homoxi ou Xidea mais ao sul, nem severos danos ao meio ambiente pela abertura de garimpos. Entretanto, ao longo do ano de 1991, enquanto o total de mortes registradas por malária nas 15 áreas que compõem a totalidade do território Yanomami no Brasil foi de 110, entre os Sanumá o número chegou a 60, ou seja, mais da metade de toda área Yanomami no Brasil. (Fundação Nacional de Saúde 1991, Tabela XVII da p. 105). Com apenas uma equipe médica para atender a cerca de mil pessoas vivendo em comunidades muito dispersas, uma grande parcela da população Sanumá ficou totalmente desatendida, à mercê da letalidade do P. falciparum. Em apenas 12 meses, 6% de vidas Sanumá foram ceifadas pela malária. Nesse mesmo ano, a equipe médica visitou outras comunidades Sanumá e uma de falantes Carib conhecidos no Brasil como Mayongong e na Venezuela como Yekuana ou Makiritare, com o seguinte resultado:

INCIDÊNCIA DE MALÁRIA

BAIXO OLOMAI 15 a 18 de março de 1991				
<u>FALCIPARUM</u>	<u>VIVAX</u>	MISTA	TOTAL POSITIVO	POPULAÇÃO
11 42%	13 50%	2 8%	26 25%	103

EM TORNO DA MISSÃO 19 de março a 15 de abril de 1991					
	<u>FALCIPARUM</u>	<u>VIVAX</u>	MISTA	TOTAL POSITIVO	POPULAÇÃO
SANUMÁ	42 59%	22 31%	7 10%	71 30%	237
MAIONGONG	34 67%	16 31%	1 2%	51 35%	147

OUTRAS COMUNIDADES 16 de abril a 23 de maio de 1991					
	<u>FALCIPARUM</u>	<u>VIVAX</u>	MISTA	POPULAÇÃO EXAMINADA	POPULAÇÃO TOTAL
WALOBUI 1	3 4%	26 32%	3 4%	82	82
WALOBUI 2	1 3%	3 8%	1 3%	36	--
KUDAWAKANI	--	7 30%	1 4%	23	--

Somente nos cinco primeiros meses de 1991 foram registradas as seguintes mortes:

ÓBITOS SANUMÁ

Fevereiro a maio de 1991

	MULHERES		HOMENS		TOTAL
	Adultos	Crianças	Adultos	Crianças	
OLOMAI	2	1	1	2	6
KADIMANI	2	1	1	2	6
KODAIMADIU	1	-	3	-	4
KUDAWAKANI	-	1	-	1	2
MISSÃO	-	-	-	1	1
MAIONGONG	1	-	-	-	1
TOTAL	6	3	5	6	20

Nos meses seguintes e até o fim de 1992, esse quadro iria agravar-se, principalmente nas áreas de mais difícil acesso.

* * *

"Outra explicação que não a imunidade ou a vulnerabilidade biológica é cabível para a alta letalidade das epidemias em grupos tribais. Pelo menos larga margem de mortalidade (...) se deve à abrupta paralização das atividades produtivas pelo acometimento quase simultâneo de toda a comunidade, o que, numa tribo indígena, representa verdadeira condenação, uma vez que ela não conta com um sistema de estocagem de alimentos que permita fazer face a tais eventualidades" (Ribeiro 1970:278).

Uma radiografia do que ocorreu com a comunidade de Kadimani revela o trauma que produz uma epidemia generalizada, quando apenas três ou quatro pessoas estão sadias em meio a mais de uma centena de doentes. Nos meses de março e abril de 1991, Kadimani, a cerca de duas horas a pé da sede da Missão, registrou um surto avassalador não só em quantidade de doentes como em termos de gravidade do estado de saúde de seus habitantes.

No período de 20 dias, foram registrados 151 casos de malária em 133 pessoas (a maioria de Kadimani e mais algumas de outras aldeias a ela associadas), num assombroso percentual de 114%! A incidência maior foi de P. falciparum que, após o

tratamento com Mefloquina, deu lugar ao P. vivax. O estado de saúde dos habitantes de Kadimani era deplorável. A anemia e a desnutrição agudas saltavam aos olhos, principalmente nas crianças, mulheres jovens e velhos. As gotas de sangue extraídas para análise de malária não tinham a esperada cor vermelha, mas um inquietante rosa pálido. A tabela abaixo mostra esse quadro.

INCIDÊNCIA DE MALÁRIA EM KADIMANI

27 de março a 15 de abril de 1991

<u>FALCIPARUM</u>	<u>VIVAX</u>	MISTA	TOTAL POSITIVO	POPULAÇÃO EXAMINADA
107 71%	28 18%	16 11%	151 114%	133

Foram duas as principais razões para essa calamidade: a infestação de malária pelo trânsito de garimpeiros em suas terras, localizadas no corredor que os leva da pista de pouso de Auaris ao garimpo de Ximara Woche, na Venezuela, e um longo período de entressafra entre a produção exaurida de velhas plantações e a de outras ainda imaturas. O atraso no plantio de novas plantações deveu-se a vários fatores: 1. dois anos consecutivos de estação seca extremamente curta dificultou o corte e a queima da mata; 2. a comunidade mudou de local de residência sem que houvesse um período intermediário de plantio anterior à mudança; e 3. segundo algumas versões, a atração da comida pronta e fácil fornecida nos acampamentos de garimpeiros, como arroz e sardinha em lata, incentivando a postergação do trabalho nas plantações. A conjunção desses fatores resultou em uma aldeia inteira faminta e prostrada pela forma mais letal de malária, o P. falciparum, que tomou de assalto uma população em crise alimentar.

Uma semana depois que a nossa equipe médica chegou a Auaris, começaram a aparecer mensageiros dos Kadimani com notícias do estado desesperador de seus parentes que, como é de hábito na época da seca, estavam há dias acampados na mata numa localidade distante dois dias a pé da nossa base, do lado venezuelano. Por falta de transporte, não conseguimos alcançá-los imediatamente e mandamos de volta os mensageiros para que os doentes tentassem chegar a Auaris.

Alguns dias depois, chegou o primeiro grupo de enfermos numa desoladora fila indiana de gente desnutrida, amparada em bastões ou nas costas dos mais fortes, arrastando-se até a casa onde se instalara a equipe de saúde. A semana que se seguiu foi pautada pelo trabalho frenético de atender a todos, dia e noite, ao mesmo tempo que nos desdobrávamos para conseguir alimentar toda aquela gente com os limitados recursos que adquiríamos dos outros Sanumá residentes junto à missão. Foi necessário mandar vir alimentos de Boa Vista para fazer frente à demanda de 133 pessoas famintas e desnutridas.

Casos de anemia profunda necessitaram de transfusão de sangue. Foram feitas nove transfusões com doadores indígenas em condições extremamente precárias. Foram removidas para Boa Vista dez pessoas de Kadimani, sete das quais com anemia profunda. Vieram a falecer três desses enfermos. Os corpos foram devolvidos aos parentes. A cada avião que chegava com um cadáver, redobrava-se o desespero dos

parentes, alojados precariamente ao lado da clínica da missão. O pranto pungente e sofrido somava-se ao desalento dos desnutridos em lamentos sonoros que replicavam a desolação visual. O choro das famílias Kadimani debruçadas sobre seus mortos retornados um após outro da cidade dos brancos, tornou-se eco repetido e símbolo fúnebre de uma situação insustentável. A comunidade de Kadimani só não foi totalmente destruída pela malária graças à coincidência da presença da equipe médica naquele momento em Auaris. Malária falciparum, quase sempre letal sem o devido tratamento, teria levado aquela comunidade a uma morte fulminante, deixando desgarrados um punhado de sobreviventes, a exemplo do que estava ocorrendo no centro do território Yanomami, mais pesadamente exposto às operações dos garimpeiros.

As violentas epidemias que grassaram pelo vale do rio Auaris e por muitas outras partes do território Yanomami são o resultado direto e reconhecível da permanência ou da simples passagem de garimpeiros pelas aldeias, plantações e zonas de caça dos índios. Garimpeiros que nunca chegam a curar suas malárias acampam e transitam pelos rios e caminhos da mata como se fossem viveiros ambulantes de Plasmodium alimentando a infestação do mosquito anofelino. Kadimani é, de fato, uma pequena amostra do que pode ser a situação sanitária dos Yanomami - e quem diz Yanomami diz qualquer outro grupo indígena em condições semelhantes - se forem permitidas invasões caóticas como esse desastroso gold rush. Demonstram ao vivo o que pode acontecer se o Estado deixar que o território indígena seja considerado terra de ninguém e se tornar conivente com o trânsito livre de multidões de transmissores de malária, para não falar em tuberculose, leishmaniose e outras pragas estranhas aos índios. Se o caso Kadimani ensina alguma coisa, é que ele serve de réplica em miniatura do que poderiam ser os gigantescos corredores rasgados na mata por milhares de forasteiros, disseminando pestilência, morte, fome e confusão social. Basta uma rápida leitura das tabelas apresentadas pelo Relatório de 1991 da Fundação Nacional de Saúde e cotejá-las com o mapa da área Yanomami para se perceber que a movimentação dos garimpeiros coincide com as rotas das epidemias.

Que populações "de solo virgem" como os Yanomami sucumbem facilmente às primeiras epidemias, sejam elas de gripe, de sarampo ou de malária, não é mais um fato desconhecido nem surpreendente. Os próprios Yanomami da época da construção da rodovia Perimetral Norte são testemunhas do que representa perder metade de seus parentes para o sarampo e ter que conviver com o medo de novas infestações. Como, ao final do século 20, não seria politicamente correto exterminar essas populações indígenas pela força, o caminho mais econômico, prático e "limpo" é criar condições para que ataques epidemiológicos desempenhem a tarefa de fazer desaparecer os índios das regiões que estão na mira da conquista.

* * *

"Y no se diga que no se debe juzgar los hechos del siglo XVI con criterio del XX. No es cuestión de siglos sino de consciencia, de respeto al ser humano; porque en el siglo XVI, mientras los hechos ocurrían, Las Casas tronaba iracundo contra el crimen (...) Y no se diga tampoco que fue el choque de dos culturas. Sería una grave ofensa a España suponer que unos aventureros sin escrúpulos de

ninguna clase eran los portadores de su cultura (...)" (Coll 1974:12-13).

Nos últimos 15 anos, os Yanomami passaram de exóticos e ferozes selvagens (Chagnon 1968) a símbolo dos povos indígenas em risco de desaparecimento. Lançados no circuito da mass media internacional por uma série de campanhas visando a demarcação de seu território no Brasil, eles passaram, mesmo sem o saber, a desempenhar um papel emblemático para as Organizações Não-Governamentais (ONGs) na luta pelos direitos humanos e preservação do meio-ambiente: "Neste final de século, o Brasil e o mundo assistem pelos jornais e pela TV o genocídio de um dos maiores povos indígenas da floresta amazônica" (CEDI 1991:172). Representantes involuntários da oposição ao desenvolvimento econômico desumanizante, os Yanomami foram colocados em lugar de destaque na arena internacional dos direitos universais do homem, envolvendo instâncias como a ONU, a OEA, ou a OIT (CEDI 1991:178-193). Essa visibilidade nacional e internacional conquistada não por eles, mas por seus aliados brancos, tem sido instrumental para contrapor os efeitos das invasões descontroladas sobre suas vidas. A própria estratégia destinada a conquistá-los pela via da vulnerabilidade epidemiológica acabou voltando-se a favor dos próprios Yanomami: espalharam doença e morte entre eles, sim, mas foram essas mesmas doenças e mortes que os salvaram do extermínio.

Vejamos, pois, como a reação da opinião pública veio frustrar as ações de militares, empresários e políticos que têm tentado dispor das terras Yanomami como se lá não existissem Yanomami.

Com as notícias do morticínio, uma artilharia de acusações de genocídio caiu sobre o governo brasileiro, de fora e de dentro do país, até que, em outubro de 1989, o Poder Judiciário interditou os 9,5 milhões de hectares do território Yanomami, reconhecidos pela FUNAI em 1985, e ordenou o Executivo a retirar os invasores. A reação a essa ordem judicial veio rápida e ousada: empresários, donos de aviões e outros agentes de garimpo começaram a despejar dezenas de índios doentes nos hospitais e na Casa do Índio em Boa Vista, uma espécie de albergue para os índios que iam à cidade para tratamento de saúde. Transferiam, assim, para a Fundação Nacional do Índio as atenções acusadoras da opinião pública. Em novembro de 1989, mais de 200 Yanomami se amontoavam na Casa do Índio, praticamente sem assistência médico-sanitária, famintos pela falta de alimentação suficiente, assistindo à morte contínua de filhos pequenos. Uma avalanche de jornalistas brasileiros e estrangeiros desceu sobre Boa Vista e começou então o espetáculo macabro da dizimação dos Yanomami.

Com esse escândalo que expôs o governo brasileiro a uma das piores campanhas de repúdio, o Estado encheu-se de brios e começou a organizar programas emergenciais de saúde. Todos aqueles que estavam proibidos de retornar à área foram chamados para colaborar no esforço de estancar a sangria de vidas Yanomami.

O caso Yanomami conseguiu congregiar numa mesma arena política um número insólito e inesperado de personagens desencontradas com posturas e interesses os mais antagônicos, ou seja: o capital selvagem dos empresários do ouro, as massas falidas de peões desenraizados, os índios Yanomami e sua multiplicidade interna, o governo local abertamente a favor desse tipo de extração de ouro, o governo federal numa oscilação de pêndulo entre atender aos interesses privados e manter uma imagem de democracia, o poder judiciário local a serviço dos poderes econômicos e o poder judiciário federal a serviço do estado de direito.

A reação da opinião pública gerou um pingue-pongue de decisões e contra-decisões, um dia a favor dos índios, outro dia a favor dos garimpeiros, enchendo os noticiários com imagens dramáticas de índios à morte e de garimpeiros em desespero, cometendo atos de violência, como a tentativa de incendiar a casa do bispo no centro de Boa Vista. Cerca de 1,5 milhão de dólares foi liberado para algo que nunca aconteceu no governo Sarney, ou seja: a retirada dos garimpeiros. Foi a partir de 1990, já no governo Collor, que começou a explosão de pistas clandestinas e a expulsão dos invasores; por fim, em 1991, o governo federal demarcou as terras Yanomami, depois de quase um quarto de século de tentativas frustradas (IWGIA 1979:113-115).

Terras demarcadas, porém, não estancaram as invasões. Enquanto a opinião pública se dava por satisfeita (ou frustrada) com a demarcação oficial, novas levas de garimpeiros refluíam aos garimpos abandonados. Durante o ano de 1992 e início de 1993, a FUNAI calculava em 11 mil o número de garimpeiros em atividade na área Yanomami. Foi deslançada nova operação para evacuar os invasores e, em agosto de 1993, esse número havia caído para cerca de 600 concentrados em algumas áreas específicas, boa parte no lado venezuelano da fronteira. Foi em um desses redutos garimpeiros em terras venezuelanas que, em meados de 1993, empresários de garimpo brasileiros conceberam o plano de assassinar os 85 habitantes da aldeia de Haximu, e que resultou nos atos de crueldade que caracterizaram a chacina de 16 Yanomami, a maioria crianças.

Não é demais concluir que, ao deixar acontecer a invasão ilegal das terras Yanomami na forma de uma fulminante corrida do ouro, os responsáveis por esse consentimento contavam com a eficácia dos agentes patogênicos como instrumento para se atingir da maneira mais rápida o maior grau de contaminação possível. A malária estaria assim a serviço da criação dos supostos vazios demográficos que até agora, por força do processo dialético do embate entre a conquista e a defesa dos povos indígenas (Ramos 1990b), não têm sido mais do que figura de retórica daqueles que propõem a expropriação das terras Yanomami.

Restaria, porém, um pequeno contratempo: como na fábula do aprendiz de feiticeiro, resulta a incômoda questão de como controlar o avanço da malária para evitar que o tiro saia pela culatra, já que a malária, não obedecendo a linhas de demarcação que separam índios de não-índios, ataca gregos e troianos, e já que a parasitologia tem razões que a cobiça dos brancos desconhece. É sabido que não são poucos os garimpeiros (embora o número nunca tenha sido adequadamente estimado) que acabaram morrendo pela mata, apodrecidos pela malária, despojados de recursos graças ao sistema altamente expoliativo do trabalho no garimpo, em total indigência e anonimato. Na guerra epidemiológica não declarada aos Yanomami, os peões garimpeiros não passam de bucha de canhão, meros coadjuvantes de uma peça em que os atores principais atuam como que num teatro de sombras, escondidos atrás de uma cortina de desenvolvimento que deixa transparecer uma situação que, afinal, acaba trazendo ao país mais problemas do que soluções, como são, por exemplo, o contrabando de ouro pelos empresários de garimpo, a implicação de que as atividades garimpeiras estejam acobertando o narcotráfico, o aumento da criminalidade dentro dos garimpos e nas áreas urbanas e o espantoso aumento da incidência de AIDS no estado de Roraima (no auge da corrida do ouro, em 1989-90, Boa Vista era a terceira cidade do Brasil em número de pessoas contaminadas com HIV). Aparentemente, tão difícil de erradicar quanto esse vírus é o constante fluxo e refluxo de garimpeiros em terras Yanomami.

"Os garimpeiros voltaram a nossas terras durante este mês. Essas pessoas não têm dinheiro para invadir nossas terras. Quem realmente está invadindo nossa floresta são as pessoas que têm dinheiro, os políticos (de Roraima) ... Os (simples) garimpeiros não têm dinheiro para comprar mantimentos, não têm aviões, não têm dinheiro para comprar combustível. Então quem está realmente nos invadindo (por trás deles) é o Projeto Calha Norte e os empresários do Brasil e outros países (...) Essas pessoas importantes têm dinheiro para pagar as invasões dos garimpeiros" (Davi Kopenawa Yanomami 1992:39).

Agradeço a meu colega de Departamento, Wilson Trajano Filho, por sua crítica à primeira versão deste trabalho que muito contribuiu para me fazer perceber aspectos apenas pressentidos do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ação pela Cidadania
1990 Yanomami: A Todos os Povos do Mundo. Brasília: CCPY/CEDI/CIMI/NDI.
- Albert, Bruce
1992 Indian lands, environmental policy and military geopolitics in the development of the Brazilian Amazonia: the case of the Yanomami. Development and Change (Sage, London), vol. 23:35-70.
- Arvelo-Jimenez, Nelly
1974 Relaciones Politicas en una Sociedad Tribal. México: Instituto Indigenista Interamericano.
- CEDI
1987 Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação/Coordenação Nacional dos Geólogos.
1991 Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. Aconteceu Especial 18. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
- Chagnon, Napoleon
1968 Yanomamo. The Fierce People. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Coll, Josefina Oliva de
1974 La Resistencia Indígena ante la Conquista. México: Siglo Veinteuno Editores.
- CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomami
1989 Mineração: o esbulho das terras Yanomami. Urihi No. 11.
- Crosby, Jr., Alfred W.
1972 The Columbian Exchange. Biological and Cultural Consequences of 1492. Westport, Connecticut: Greenwood Press.
- Denevan, William M.
1976 "The aboriginal population of Amazonia". In The Native Population of the Americas in 1492 (W.M. Denevan, ed.) pp.205-234. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Fundação Nacional de Saúde
1991 Primeiro Relatório do Distrito Sanitário Yanomami.

- Gaiger, Julio
1989 Direitos Indígenas na Constituição Brasileira de 1988. Brasília: CIMI.
- Gonçalves, Marco Antonio (ed.)
1991 Acre. História e Etnologia. Rio de Janeiro: Núcleo de Etnologia Indígena, IFICS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Hemming, John
1978 Red Gold. The Conquest of the Brazilian Indians. Londres: MacMillan.
- IWGIA
1979 Yanoama in Brazil 1979. Copenhague: IWGIA Document 37.
- Meggers, Betty J.
1971 Amazonia. Man and Culture in a Counterfeit Paradise. Chicago: Aldine.
- Moreira Neto, Carlos
1988 Índios da Amazônia. De Maioria a Minoria (1750-1850). Petrópolis: Vozes.
- Porro, Antonio
1993 As Crônicas do Rio Amazonas. Petrópolis: Vozes.
- Ramos, Alcida R.
1979 "Yanoama Indians in Northern Brazil threatened by highway" In IWGIA Document 37, pp. 1-42.
1980 Hierarquia e Simbiose. São Paulo: Hucitec.
1990a Memórias Sanumá. Tempo e Espaço em uma Sociedade Yanomami. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora UnB.
1990b Indigenismo de resultados. Revista Tempo Brasileiro, vol. 100:133-149.
1991 Amazônia: a estratégia do desperdício. Dados, vol. 34:443-461.
- Reff, Daniel T.
1991 Disease, Depopulation, and Culture Change in Northwestern New Spain, 1518-1764. Salt Lake City: University of Utah Press.
- Ribeiro, Darcy
1970 Os Índios e a Civilização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sanders, Ronald
1978 Lost Tribes and Promised Lands. The Origin of American Racism. Boston: Little, Brown and Company.

Taylor, Kenneth I.

1979

"Development against the Yanoama. The case of mining and agriculture" In IWGIA Document 37, pp.43-98.

Yanomami, Davi Kopenawa

1993

Davi Kopenawa na Conferência do Meio Ambiente Rio-92 (junho de 1992). Urihi, No. 16:18-40. São Paulo: Comissão pela Criação do Parque Yanomami.